

Um Estudo das políticas públicas de Desenvolvimento Territorial na Bahia: Democracia e Participação

Desenvolvimento de Pesquisa em Curso

GT07- Desarrollo territorial y local: desigualdades y descentralización

Autor: DANILO UZÊDA DA CRUZ ¹

Resumo

Este texto busca apresentar resultados provisórios de pesquisa que investiga a Política Pública de desenvolvimento territorial na Bahia/Brasil e como o enfoque Territorial possibilita a ampliação da esfera democrático-participativa, numa nova significação do conceito de políticas públicas e de desenvolvimento regional, e a repactuação do jogo democrático com a sociedade civil e movimentos sociais organizados. Estratégia que diz respeito a equação capital-trabalho-natureza. Em nosso olhar inicial a proposta de democracia participativa/dinâmica territorial, pode significar um avanço qualitativo na formulação e implementação de políticas públicas, mas vacila entre uma proposta garantidora da qualidade de vida de pessoas ou disposta a assegurar uma proposta societária de transformação. Buscamos entender porque essa ampliação da esfera democrática faz subsumir outras formas de luta e organização, silenciado grupos e classes sociais, tornadas reféns da técnica-tempo impostas pelo grande capital.

Palavras Chave: Desenvolvimento Territorial – Políticas Públicas - Democracia

1. INTRODUÇÃO.

1.1. *Encontrando os problemas e a pesquisa.*

A intensa relação entre os processos democráticos, para além do minimalismo, e os aspectos conceituais que lhe sustentam na contemporaneidade, à luz do das dinâmicas de desenvolvimento recente, em particular a proposta de desenvolvimento territorial, tem consolidado um campo de pesquisa entre as ciências sociais. Uma certa produção acerca do conceito de democracia vem trabalhando de forma interdisciplinar ciências humanas e sociais travando um bem sucedido debate à guisa de discutir os limites e perspectivas da democracia contemporânea, contribuindo para o aprofundamento e matização das “democracias” realmente existentes. Nesse sentido as diversas experiências como produto da luta de classes e disputa hegemônica, tem contribuído para essa intensa pesquisa neste campo, possibilitando ainda a compreensão e o questionamento dos limites e da necessidade histórica de ultrapassar o modelo liberal.

Enquanto a superação da democracia liberal apresenta-se como proposição ou debate político, as experiências de alargamento da democracia, denominada por Boaventura de Souza Santos de ampliação do cânone democrático (SANTOS, 2003), tem encontrado na dinâmica de territorialidade das políticas públicas uma experimentação exitosa. Em outra perspectiva, Meszáros aponta o necessário entendimento da profunda crise estrutural que arrasta os Estados e suas democracias para

¹ Graduando em Ciências Sociais/UFBA, Graduado em História/UEFS, Especialista em Educação Superior/FTC, Mestrando em Desenvolvimento Regional e Urbano/UNIFACS, Pesquisador do Centro de Pesquisas da Religião/CPR/UEFS e do Instituto de Pesquisas Sociais/IPS, Técnico em Desenvolvimento Regional CAR e Professor da Educação Básica/SEC/BA

uma reconstrução do modelo que ultrapassa a mera ampliação da participação das populações nas gestões e decisões políticas dos Estados (MESZÁROS, 2002).

Esse campo proximal de pesquisa e investigação científica das ciências sociais permite dar conta das diversas dimensões da realidade social a partir da dialética entre o local e o global, articulando as análises e teorias do desenvolvimento, que aqui apontaremos como como fundamentação central do processo de transformação gradual da estrutura política de populações e suas fronteiras, bem como da crescente e efetiva participação das populações nos rumos dos Estados. Um grupo significativo de teóricos buscam racionalizar espaço-tempo-natureza e o modo de vida de suas populações sem, contudo, perceber as alterações dessa estrutura social ou inverter a lógica de acumulação do capital, como se fosse possível algum desenvolvimento societário com aumento catastrófico da miséria e pobreza – apenas constituindo máquinas eletrônicas de votar. Esses campos se encontram na esfera da política pública e sua dinâmica. Pensar o desenvolvimento no mundo contemporâneo tem sido uma tarefa também de pensar/propor alternativas à questões como democracia, participação, desconcentração de riqueza e equidade econômica, política e cultural, numa expressa noção de interseção entre as diversas dimensões da vida social. Momento de pensar/contrapor o discurso único da equação democratização-liberalismo-desenvolvimento. Esse discurso já demonstra sua falibilidade à despeito dos primeiros séculos de hegemonia liberal, caracterizando-se como o modelo a ser superado na econômica política e na teoria política.

Em meio a essa dinâmica embala-se uma estratégia de desenvolvimento territorial no Brasil, onde a tônica tem sido o retorno da participação popular na construção das políticas. É possível dizer que essa estratégia de desenvolvimento territorial, com algum avanço qualitativo na formulação e implementação de políticas públicas, vacilante ainda entre ser uma proposta concreta garantidora da qualidade de vida das pessoas ou localizar-se como uma forma de assegurar a qualidade de vida da sociedade, portanto com uma proposta societária de transformação. Se pensarmos numa balança a pesar ambas, poderíamos dizer que tenda para pequena mudança endógena de alguns grupos e/ou, no máximo, para a manutenção do atual estado de coisas. O debate e a prática do Desenvolvimento Territorial podem tornar-se, na maioria dos casos, uma forma concreta de resistência à avalanche do capitalismo avançado, onde formas de luta e organização tornam-se reféns da técnica-tempo impostas pelo grande capital¹. Esse é o *pode* ser. As diversas análises e compreensões do Desenvolvimento Territorial, enquanto uma política pública não traz claro o papel da sociedade civil, das organizações sócias, nem mesmo dos movimentos sociais tradicionais, sobretudo, os movimentos sindicais, onde nenhum deles aparenta questionar a estrutura produtiva ancorada no capitalismo. Discutem o Estado como um mero indutor do capital.² De que maneira o enfrentamento teórico pode contribuir para, ao entender os conceitos, aprofundar as dimensões e alternativas de transformações sociais, invertendo a lógica de acumulação e de relação tácita entre o liberalismo e a democracia como forma última de organização política da sociedade? Ou ainda, de que forma essa experiência histórica tem refletido nas políticas públicas, gerenciais ou não, da esfera social?

Será preciso, para tanto, ir um pouco além, enxergando a política de participação na disputa pela hegemonia do Estado enquanto experiência histórica, e das estratégias utilizadas para promover o Desenvolvimento Territorial articulando processos democráticos liberais, trazendo à baila o conceito do processo de transformações, mudanças, e demandas que a política de desenvolvimento territorial tem buscado atender e/ou resolver, e o papel da sociedade civil organizada nesse contexto. O texto, à guisa de contribuir com essa análise, divide-se em três momentos, a saber: analisaremos de princípio os conceitos-chave território, democracia e sociedade civil, à guisa de entender de que lugar estamos falando; o segundo momento trará algumas notas sobre o processo de participação dentro dessa dinâmica, por fim algumas problematizações em torno do caminho escolhido para percorrer tentando caracterizar o sentido da democracia participativa como estratégia na disputa pela hegemonia do Estado e as considerações por ser um processo em curso. Pretende-se, desse modo, contribuir com o debate

teórico-prático do Desenvolvimento Territorial, e a necessidade de superação do paradigma democrático-liberal-participativo.

A pesquisa proposta não se arroga capaz de resolver por completo e em sua complexidade essa “pendência” teórica, mas anseia por contribuir em algum aspecto para identificar esse problema indiciário.

Desta forma, acreditamos que o estudo/análise do processo democrático-participativo no Brasil é um objeto concreto de análise política, sobretudo porque a dinâmica territorial enquanto experiência prática de formulação de políticas públicas torna-se um interessante objeto para entender as relações contemporâneas entre Estado e sociedade civil organizada e sobretudo porque o temário das políticas públicas tem aumentado interesse tanto de gestores governamentais como da sociedade civil, nos levando a apresentar análises/estudos teóricos que possam melhor explicitar o estado da arte na formulação/construção das políticas.

2. O LUGAR DOS CONCEITOS: TERRITÓRIO, DEMOCRACIA, E SOCIEDADE CIVIL.

2.1. Territórios e territorialidade.

A partir da localidade, a estratégia de desenvolvimento territorial aponta como fundamentação central o processo de transformação gradual da estrutura política e social de populações inteiras, em que pese não alterar substancialmente sua estrutura social e econômica, ou mesmo a ambiental, racionalizando espaço-tempo-natureza com o modo de vida de suas populações, na perspectiva de associar as políticas públicas a uma identidade/comunidade territorial. Esse processo de desenvolvimento tem como princípio político o alargamento do cânone democrático, transitando entre a democracia representativa e a participativa (COELHO e NOBRE, 2004; SANTOS, 2003), e sua expressão na formulação das políticas públicas a serem executadas pelo Estado.

Pensada como política pública, o Desenvolvimento Territorial em curso no Brasil possibilita a ampliação da esfera democrático-participativa, numa nova significação do conceito de políticas públicas e de desenvolvimento regional, e uma repactuação da relação entre Estado e sociedade civil, configurando um novo arranjo institucional de gestão pública. Essa compreensão provisória já carrega em si um conjunto de afirmações que compreendem o esgotamento do modelo liberal não apenas na esfera econômica, mas, sobretudo, no estrangulamento e esgotamento das alternativas liberais na política. O Desenvolvimento Territorial busca *organizar* a equação capital-trabalho-natureza e a relação com suas populações, fundamentada ‘na ideia-conceito de participação e territorialidade, possibilitando outros arranjos institucionais. Essa impossível equação apresenta problemas teóricos e metodológicos entre ser uma proposta concreta garantidora da qualidade de vida mais ampla ou de comunidades restritas, acrescentando pouco ou nada concepção de sistema-mundo. É preciso identificar, portanto, três problemas de pesquisa, a saber: porque essa ampliação da esfera democrática tem substituído outras formas de luta e organização, silenciando grupos e classes sociais, tornadas reféns da técnica-tempo impostas pelo Estado, interrogar porque a política pública de desenvolvimento territorial tem contribuído esse novo arranjo; e, quais as articulações de três conceitos fundamentais: a concepção de território, de democracia e de participação ante essa nova institucionalidade.

Para tanto é preciso retomar, ainda que rapidamente, aos conceitos-chave, ou as ideias-força. Tratar do conceito de Desenvolvimento Territorial na América Latina e no Brasil é falar, sobretudo para uma produção acadêmica que não aponta para um processo de transformação política mais profunda, como diz Teixeira em recente ensaio, faz uma opção pelo reformismo (TEIXEIRA e FREDERICO, 2008). Ainda que não concordemos com seu pensamento na totalidade, é pertinente pensar que tanto o leque de possibilidade quanto as alternativas que disponibiliza, de fato, o descredenciam para o processo de transformação mais profundo da sociedade. E, assim como o conceito de políticas públicas, sua polissemia tende a tornar seu estudo difuso nos diversos caminhos da economia, geografia e ciências

sociais, no particular da ciência política. A maioria das análises não traz claro o papel das políticas de desenvolvimento territorial, nem o papel da sociedade civil, ou os “porquês” desse desembarque teórico-metodológico numa estratégia de desenvolvimento montada com a finalidade de atender a determinados grupos sociais e/ou a perpetuação do poder hegemônico que a elite detêm. Uma parte disso se deve ao fato de ser um olhar científico ainda em um estágio bastante inicial dentro da academia, fazendo com que o conceito-experiência dialogue, como dissemos, por diversos campos do conhecimento. Num outro olhar é possível identificar a dificuldade teórico-metodológica em entender/analisar o pano de fundo que está presente quando analisamos a política pública de desenvolvimento territorial, qual seja, o debate/análise da democracia participativa no mundo contemporâneo, suas estratégias e porquês, a fim de manter presente e dinâmico a proposta liberal, ou de uma liberal democracia.

O conceito de território é fruto de uma experiência histórica, não pode ser percebido como algo dado ou constituído universalmente. As experiências históricas na Itália possibilitaram uma práxis no desenvolvimento econômico particular. Já a experiência-conceito de desenvolvimento territorial na América Latina tem proporcionado uma outra experimentação, nos âmbitos da construção de identidades, na consolidação de territorialidades sociais e na esfera do planejamento das políticas públicas. Entendemos que não se trata de uma questão meramente de escala, ainda que, se assim o fosse, cada escala teria a sua regra. Dessa forma, como aponta Ricoeur, não há porque temer estudar ou pesquisar o local, o global ou, em nosso caso, o territorial, já que a comprovação dar-se-á mediante “regras” de pesquisa e análise que permitem tal operação. Trata-se de definir uma escala de análise que é também a de uma estratégia de elaboração, implementação e de identidade entre as populações (RICOEUR, 2007). Segundo Santos, o território é um espaço de conflito, de luta por poder e, sobretudo, uma *guerra de lugares*, onde cada classe ou grupo observa e *guerreia* a partir de sua lógica e possibilidade de entendimento. É no território que se dá a disputa política por hegemonia, daí a necessidade de se entender as instituições e governos; é no território que acontecem as decisões sobre o uso e manejo dos recursos naturais, daí a necessidade de discutir o passivo ambiental; é no território que as pessoas lutam por sua sobrevivência, daí a necessidade de se entender as relações sociais entre grupos étnicos, relações sociais de gênero, de geração e, sobretudo, de classe (SANTOS, 2002). Por fim, é no território, esse lugar de contradições, que se dão as profundas relações dos homens e mulheres com sua própria história: daí a necessidade latente de se entender historicamente como e porque as relações institucionais, jurídicas, políticas, sociais, dão-se desta e não daquela maneira, nessa e não naquela temporalidade. Ainda que a dimensão ou enfoque territorial na formulação das políticas públicas represente um espaço da política, importante se faz lembrar que esse lugar também pressupõe um conjunto de sujeitos sociais que tencionam no sentido de implementação da política. Portanto, é possível um processo como esse também gere institucionalidades, relações políticas e sociais renovadas e alimentadas pelas ações dos grupos e classes em disputa. Um processo de transformações sociais que pode levar a um novo olhar sobre a política de desenvolvimento territorial e sobre a ação dos governos nessa esfera (BAUDEL, 2004).

A política pública em curso na Bahia/Brasil apresenta, em nosso olhar, um cenário importante do ponto de vista da política pública de desenvolvimento territorial, ou seja, para pensar o território e sua dimensão de planejamento/construção de identidade. Suas estratégias de implementação seus modelos de gestão e controle público, influenciam a política nacional, senão dão o norte. A expressão dessa política pública, cuja experimentação dá-se na medida em que a analisamos, portanto um objeto dinâmico de análise, nem por isso menos concreto como recorte teórico-metodológico, ausculta a política pública desenvolvida pelo governo do Estado da Bahia, uma vez que também tem buscado - por meio de ferramentas de implementação - aumentar a capacidade do Estado em atender as demandas da sociedade civil, possibilitando a ampliação do processo de participação democrática. Conquanto não estejamos interessados, nos limites dessa pesquisa, em observar a execução da política pública em seu aspecto quantificável, realinhamos nosso olhar para o objeto teórico que a experiência subjaz. A lacuna

teórica que pretendemos observar diz respeito a uma inexistência conceitual para o processo em curso de formulação e implantação da política territorial de desenvolvimento que combina - ao menos estamos buscando discutir - elementos teóricos da democracia participativa com a própria política pública de desenvolvimento territorial. Ainda na perspectiva dessa lacuna, há uma escassez analítica que permita melhor enxergar outra questão, qual seja, de como a política pública territorial elabora a agenda política do Estado. Podemos ainda aproveitar a pista de pesquisa proposta em Souza, quando argumenta que há uma lacuna existente na pesquisa em ciência política a ser trabalhada no que diz respeito a esfera política da formulação das políticas públicas e da democracia participativa. E continua afirmando que "ainda se tem pouca clareza de quem formula as nossas políticas públicas e como elas são implementadas" (SOUZA, 2003).

Essa dinâmica possibilita ainda que pensemos no território *fronteira*, o lugar que inicia o estranho, o outro, portanto espaço de constante disputa e afirmação de poderes. Visto assim o território é um instrumento de construção hegemônica cujo papel é, sobretudo, de definir o que e como está inserido. Onde aquela dimensão que apenas apontamos acima se constrói como ora como coesão social, ora na figura do Próximo, deixando claro nas relações sociais o outro que ocupa, invade ou simplesmente coabita.

Desse modo, é o território, esse lugar de contradições, que se dão as profundas relações dos homens com sua própria história: daí a necessidade latente de se entender historicamente como e porque as relações institucionais, jurídicas, políticas, sociais, dão-se desta e não daquela maneira, nessa e não naquela temporalidade. As transformações, as permanências e rupturas podem ser percebidas a partir de um olhar e análise endógena, desprezando o caráter internacionalizante das relações humanas sob a égide do capitalismo - que é globalizante? Temos motivos para crer que não. Ora, Santos demonstra como o mundo não pode suplantar o local, ou o global não pode engolir o territorial³. Essa gestão do território deve ser mediada pelos interesses locais, em que haja algum equilíbrio de forças entre global e o local. Essa busca faz desse espaço, como dissemos acima, uma constante *guerra de lugares*⁴: não somente ambiental, social, cultural, mas principalmente o equilíbrio no processo de gestão desses recursos, as políticas públicas que engendram e são engendradas por um processo de disputa pela hegemonia do Estado que as define. A "novidade" que o mundo contemporâneo nos coloca como "o novo" está presente desde os primórdios das organizações sociais, das primeiras aglomerações humanas e dos estudos sobre essas sociedades. A questão da fronteira e seu território "obriga-nos", como lembra Pedrão, "a reconhecer que há fronteiras mais sólidas que outras".⁵ O território na dimensão de estratégia de política pública não deve deixar de julgar esse processo de construção histórica de sua identidade, nem o seu caráter relacional com o mundo externo, com o outro.⁶

A dimensão da fronteira, do território, traz em seu subtexto uma necessidade de entender as relações de poder e da organização da sociedade política em nosso tempo. Não como mágica, mas como condição histórica portanto se faz necessário apontar, ainda que rapidamente, alguns aspectos a conflitar sobre o caráter que assume a democracia e nossos tempos.

2.2. Democracia e democracias, sociedade civil e participação social

A organização dos Estados no mundo contemporâneo apresenta alternativas de participação no âmbito da democracia liberal. Não apenas a democracia representativa aparece com uma alternativa, mas, sobretudo, a democracia participativa surge em meados da década de 1980 como uma alternativa progressista de enfrentamento e de disputa pela hegemonia dentro das regras ditadas pelo próprio sistema liberal, tendo na participação minimalista apenas parte de sua expressão. Conselhos de Gestão, Orçamentos participativos, planejamentos participativos e outras formas de consultas populares de cunho deliberativo ou mesmo consultivo surgem no cenário institucional como instrumentos de participação popular em esferas de decisão de políticas públicas. No Brasil experiências participativas e de implementação de políticas de participação popular já foram estudadas em diversas pesquisas. A

Bahia experimenta ainda de forma muito superficial a participação popular, seja em conselhos ou em orçamentos participativos, como também na recente experiência de planejamento plurianual participativo. Essa experiência será alvo de nossas pesquisas, sobretudo pelo papel de relações de força que são estabelecidas e disputa pela hegemonia no Estado. Há, dessa forma, uma estratégia nos limites da democracia liberal com vistas a garantir algum espaço de participação.

Qual o sentido dessa participação, já que o liberalismo apartou o político do econômico? Trata-se de formas de atuação na esfera pública, atuação racional motivada por interesses individuais, a partir do agir comunicativo como analisa Habermas? De atuar nos estertores do capitalismo com estratégias *alternativas* atuando intramodelo, como propõe Santos? De conquista a dádiva a participação como inclusão cidadã encontra espaço na esfera pública de poder em algum lugar além do estaque momento do voto, ou aí está o limite da democracia liberal, como nos lembra Pateman? A sociedade brasileira, não como abstração populista, mas como concretude histórica, em seus ciclos intermináveis de autoritarismo e subtração dos direitos políticos e civis, encontra brechas para repensar o atual modelo de democratização – se é que há – da esfera pública? Ou a armadilha semântica em que Sen nos coloca ao aproximar o desenvolvimento como um processo de expansão das liberdades reais, quando não há governos capazes de o fazê-lo sob o domínio do capital? Se democracia está na moda, como especialmente nos diz Hobsbawm, qual a materialidade desse modelo político? Entendemos que o debate hodierno dar-se-á na crítica ontológica do modelo e não do encontro de lacunas, mas atuando na crítica interna ao problema, na análise distinta do processo.⁷

Impossível, portanto, prosseguir com qualquer estudo sério e aprofundado sem intentar contra o discurso único da democracia liberal e suas conquistas⁸, e mesmo sem incluir no debate teórico-metodológico a sociedade civil e sua expressão política, o Estado.

No Brasil pós segunda guerra mundial as lutas pelo processo de redemocratização e ampliação dos direitos são marcantes ao longo dos anos 1950 e 1960 até o acontecimento do golpe militar. Até aí, com a afirmação do proletariado do industrial, e o aumento do acirramento das lutas no campo, a disputa contra o capital está nítida e clara inclusive nas formas de mobilização e de enfrentamento a elite dominante. A ditadura militar, combinando o terror e a ideologização do “milagre econômico”, deu-se a ascensão da luta pela queda do regime militar. O enfrentamento, como nos lembra Gohn, oscila entre uma luta internacional e os problemas nacionais.⁹ Ao mesmo tempo, e como produto de um movimento global, as atenções da sociedade brasileira ultrapassam o chão da fábrica, os sindicatos e os movimentos tradicionais. Novos temas e novas experiências de classe entram em cena para reivindicar as novas possibilidades de direitos que são ampliadas pelos regimes democráticos-liberais em todo o mundo. A percepção do poder na sociedade civil ampliada (DURIGUETTO, 2007; FOUCALT, 1979; GRAMSCI, 2001.), contrastando com a imanência do poder de um só lugar; a politização dos segmentos com participação minoritária na política (DELGADO e FERREIRA, 2006), ampliando a própria dimensão de direitos políticos e civil; as novas frentes de luta das esquerdas, que passam a ocupar espaços de poder e mando no mundo (FERREIRA e REIS, 2007); e, ainda a retomada da luta no campo na década de 1970, e o surgimento de novos movimentos alternativos ao sindicalismo rural já desgastado e pelego (STEDILE, 2005). Isso para sem esquecer o processo de luta por redemocratização política que obriga muitos ao exílio, leva tantos à morte e à luta armada e que vê surgir nos anos 1980 uma esquerda renovada que tem em mente a tomada do poder pelas regras do jogo.

A pressão vivenciada nos anos de chumbo da ditadura militar assiste a um declínio programático de mudança das coisas nos anos que seguem a reabertura política. Declínio tanto no potencial de pressão como no poder de aglutinação, como podemos observar em Gohn e Teixeira¹⁰, foi inversamente proporcional à organização do espaço rural, seja por meio dos sindicatos rurais, que alteraram seus objetivos e focos de luta, seja entre o MST que tornou-se ao longo da década de 1990 o modelo de organização de trabalhadores rurais e de movimento social classista como outrora era observado entre o movimento operário, como analisa Stédile¹¹. As novas demandas da democracia-

liberal então vitoriosa, que outra vez descolou a política da economia, legou uma década de desmobilização das ruas para a estratégia de aceitação das regras do jogo, com mandatos chamados populares, progressistas e democráticos em gestões municipais, estaduais e federal.

Segundo Carole Pateman, “(...) o modelo de participativo como aquele onde se exige o *input* máximo (a participação) e onde o *output* inclui não apenas as políticas (decisões) mas também o desenvolvimento de capacidades sociais e políticas de cada indivíduo (...)”¹², só é possível em uma dinâmica social onde a democracia se efetive em outras esferas como a social e econômica. No Brasil a dialética existente entre a força e a debilidade dos movimentos sociais, ante a alavancada do neoliberalismo, conforme analisa Sader, inquieta e alimenta diversas pesquisas, sobretudo na intensa relação entre democracia participativa e a questão do desenvolvimento. É instrumento de força e resistência à prepotência neoliberal, mas tem no reverso a fragilidade de tornar-se protagonista de uma descaracterização ideológica e política dos instrumentos tradicionais de luta e enfrentamento à classe dominante, com a assimilação política e cooptação de lideranças, dirigentes e categorias de classe inteiras. Mais que isso: perceber a falsa equação entre democracia, capitalismo e liberalismo em tempos hodiernos é tanto uma necessidade acadêmica quanto política, mesmo uma necessidade histórica (MESZÁROS, 2002). Contudo é possível pensar em um modelo de crítica endógena, que disputaria a esfera política conquistando, pela via democrática, os espaços de decisão e formulação de políticas públicas e de normatização (legislação). Santos traz elementos para pensarmos a participação política em tempos atuais. Segundo o autor, essas experiências, sobretudo a brasileira, remete à construção de três teses para o fortalecimento e ampliação da democracia participativa, a saber; “1ª tese: fortalecimento da *demodiversidade* (...), reconhecer que não existe nenhum motivo para a democracia assumir uma só forma; (...) 2ª tese: fortalecimento da articulação contra hegemônica entre o local e o global (...) novas experiências democráticas precisam do apoio de atores democráticos transnacionais (...); 3ª tese: ampliação do experimentalismo democrático (...) é necessário para a pluralização cultural, racial e distributiva da democracia que se multipliquem experimentos (...)”¹³. São elementos de ampliação dessa democracia liberal, sobretudo por força dos trabalhadores e trabalhadoras no processo de enfrentamento ao Estado. No âmbito da proposta de Desenvolvimento Sustentável (Territorial) no Brasil, trabalhadores e trabalhadoras veem-se obrigados a empreender alternativas (propositivas) de desenvolvimento, à revelia de sua luta pela sobrevivência, de suas condições e posição estrutura social. Inferimos que as condições para toda a América Latina é a mesma: a luta política não é um momento exterior à luta econômica ou social (mesmo ambiental). A mutação do discurso em torno das obrigações políticas e sociais dos trabalhadores e de seus movimentos amplia, nas últimas décadas, o papel e o perfil de reformadores sociais, dos outrora movimentos transformadores da sociedade. Os trabalhadores rurais, por exemplo, organizados em sindicatos rurais, têm buscado empoderar-se dessa nova organização dos discursos em torno do desenvolvimento, reorientando práticas, políticas e demandas, participando ativamente do processo de construção dessa estratégia. Dessa forma participam de conselhos, comitês, reuniões e grupos de trabalho, quando não conduzem e executam ações do poder público mediando (atuando como interlocutores) entre governo e o mundo rural.

Na luta pela ampliação dos direitos políticos, aos movimentos sociais tem faltado a percepção de que os direitos civis e sociais sempre apartados na democracia liberal alienam a cada dia a cidadania em construção e parecem querer re-fundar a sua própria história, ao desconhecer a experiência de classe vivida por suas populações. Aderem a proposta política deixando intocado o processo mais amplo de acumulação de riqueza, possibilitado por uma certa dinâmica a curto prazo, mas agrilhoando a médio e longo prazo as demandas sociais às vicissitudes do mercado de ações, do câmbio flutuante, da taxa *Selic*¹⁴, do humor da moeda. etc, dotando de conteúdo moral e personificado o que é do mundo da política, de fantasmagórica e mágica, como já nos advertira Marx¹⁵.

Ainda que apressado, o painel anterior sobre a participação política no Brasil¹⁶, busca identificar que há um espaço político em que grupos sociais vem atuando de forma distinta, e que a própria historicidade brasileira condiciona para o encontro com um modelo e estratégia de luta que não passa

necessariamente pela tomada do Estado.¹⁷ Motivo pelo qual entendemos ser necessário esboçar quais os espaços de atuação e participação que a sociedade civil organizada vem ocupando, a fim de ampliar o cânone democrático, conforme observamos acima.

3. CONSIDERAÇÕES DO PROCESSO: ESTRATÉGIAS DE PARTICIPAÇÃO OU O TRIUNFO DA DEMOCRACIA LIBERAL?

Nos adverte, acertadamente, Zizek sobre as lutas sociais no mundo contemporâneo e a disputa política a ser enfrentada nos próximos tempos, pois que “a verdadeira meta da ‘defesa das causas perdidas’ não é defender, como tal o terror stalinista, mas tornar problemática a tão facilzinha alternativa democrático-liberal”¹⁸. Essa perspectiva nos leva buscar entender melhor a dinâmica do mundo contemporâneo, qual a alternativa ao modelo que não seja um retorno aos equívocos históricos produzidos pelo pensamento único de esquerda. Mas que nos retire do marasmo político do pensamento único liberal. E ainda: a profundidade da crítica aos processos democráticos nos aponta para que, “talvez sejamos forçados a aprender de nossas atuais condições econômicas e políticas é que um capitalismo humano, ‘social’, e verdadeiramente democrático e igualitário é mais irreal e utópico que o socialismo”.¹⁹

Alguns conceitos foram sendo assimilados politicamente as estratégias liberais de manutenção do processo de acumulação do capital. Estratégias ideológicas cujo DNA é próprio da constante transformação e recriação do capitalismo, como parte de seu processo metabólico de apropriação e resignificação da realidade social, onde a ideologização da realidade é o principal instrumento. Esse fenômeno pode ser assistido, mormente, após a queda da URSS e com ela algumas esperanças no socialismo. O retorno a conceitos fundamentais que alimentem a pesquisa social e a teoria social pode fundamentar processos críticos da realidade criando alternativas concretas de participação social em torno de um projeto de transformação societária. As questões territoriais e do caráter da democracia contemporânea são dois conceitos que necessitam de um novo olhar para que possa constituir-se um elemento de análise em do Estado.

E por fim, como construir uma outra alternativa a democracia liberal sem que caiamos em novas ditaduras. Já se identifica, podemos observar Ainda que o debate se arraste a algumas décadas, a questão originária parece não ter sido colocada, a saber de como gestar um novo modelo de Estado que mescle instrumentos políticos que garantam a diversidade social, respeito a princípios e garantias máximas as classes sócias, com a garantia da igualdade econômica e social, uma vez que a promessa da democracia liberal e suas variações de garantia jurídica parece constar apenas no mundo dos sonhos.

4. BIBLIOGRAFIA.

- ALBUQUERQUE, F. (2001). “Mudança Estrutural, Globalização Econômica e Território”. IN: ALBUQUERQUE, F. *Desenvolvimento Econômico Local*. Rio de Janeiro, RJ, Brasil: BNDES: 13-29.
- AVRITZER, L. (org.). (2010). *A dinâmica da Participação local no Brasil*. São Paulo, SP, Brasil: Cortez.
- AVRITZER, L. (org.). (2007). *A participação Social no Nordeste*. Belo Horizonte, BH, Brasil: UFMG.
- BOBBIO, N. (1999). *Ensaio sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil*. São Paulo, SP, Brasil: Paz e Terra.
- COUTINHO, C. N. (2007). *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. (3ª edição). Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Civilização Brasileira.
- COUTINHO, C. N. (2011). *De Rousseau a Gramsci: ensaios de teoria política*. São Paulo, SP, Brasil: Boitempo.
- DURIGUETTO, M. L. (2007). *Sociedade Civil e Democracia: um debate necessário*. São Paulo, SP, Brasil: Cortez.

- FERREIRA, J. e DELGADO, L. de A. N. (2003). *Brasil Republicano. O Tempo da Ditadura. Vol. 4.* Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Civilização Brasileira.
- FERREIRA, J. e REIS, D. A. (2007). *As esquerdas no Brasil. Revolução e democracia (1964-...).* v3. Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Civilização Brasileira.
- FOUCAULT, M. (1979). *Microfísica do Poder.* Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Graal.
- GOHN, M. da G. (2007). *Teorias dos Movimentos Sociais. Paradigmas Clássicos e Contemporâneos.* (4ª Edição). São Paulo, SP. Brasil: Loyola.
- GOHN, M. da G. (2009). *Novas Teorias dos Movimentos Sociais.* São Paulo, SP. Brasil: Loyola.
- GRUPPI, L. (1978). *O conceito de hegemonia em Gramsci.* (4ª edição). Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Graal
- HABERMAS, J. (2003). *Direito e Democracia – entre a facticidade e validade. vol. II.* Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Tempo Brasileiro.
- HABERMAS, J. (2007). *A inclusão do outro – estudos de teoria política.* (3ª edição). São Paulo, SP, Brasil: Loyola.
- HOBSBAWM, E. J. (1995). *Era dos Extremos: O breve século XX: 1914-1991.* (2ª. Edição). São Paulo, SP, Brasil: Companhia das Letras.
- HOBSBAWM, E. J. (2007). *Globalização, Democracia e terrorismo.* São Paulo, SP, Brasil: Cia das Letras.
- LYRA, R. P. 92002 “A democracia participativa na esfera Pública: Reconstrução do Conceito e Características”. Trabalho Apresentado no 3º Encontro da ABCP. Niterói, Rio de Janeiro, Brasil: UFF.
- MARX, K. (2008). *O Capital. Crítica da Economia Política. Livro I. O processo de Produção do Capital.* Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Civilização Brasileira
- MÉSZAROS, I. (2002). *Para Além do Capital. Rumo a uma teoria da transição.* São Paulo, SP, Brasil: Boitempo.
- PATEMAN, C. (1992). *Participação e Teoria Democrática.* Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Paz e Terra.
- PEDRÃO, F. C. (2009). *Economia, política e Poder na periferia globalizada.* São Paulo, SP, Brasil: JusPodivm.
- POULANTZAS, N. (1977). *Poder político e Classes Sociais.* São Paulo, SP, Brasil: Martins Fontes.
- RICOEUR, P. (2007). *A memória, a história, o esquecimento.* São Paulo, Campinas, Brasil: UNICAMP.
- SADER, E. (2009). *A nova toupeira. Os Caminhos da Esquerda latino-americana.* São Paulo, SP, Brasil: Boitempo.
- SANTOS, B. de S. (1995). *Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade.* 12ª edição). São Paulo, SP, Brasil: Cortez.
- SANTOS, B. de S. (2003). *Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa.* Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Civilização Brasileira.
- SANTOS, M. (1996). “Globalização e Território”. IN: SANTOS, M. Seminário Internacional Globalização e Desenvolvimento Regional: cenários para o século XXI. Pernambuco, Recife, Brasil: Sudene.
- SANTOS, M. (2002). *O País distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania.* São Paulo, SP, Brasil: Publifolha.
- STÉDILE, J. P. (org.). (2005). *A questão agrária no Brasil. Vol. 3.* São Paulo, SP, Brasil: Expressão Popular.
- TEIXEIRA, E. (2001). *O Local e o Global – Limites e Desafios da Participação Cidadã.* São Paulo, SP, Brasil: Cortez.
- THOMPSON, E. P. (1998). *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional.* São Paulo, SP, Brasil: Companhia das Letras.

- WANDERLEY, M. de N. B. (2004) “*Olhares sobre o rural Brasileiro*”. IN: Raízes.. Paraíba, CG, Brasil, Vol 23. número 01 e 02. jan-dez. 2004.
- WOOD, M. E. (2003). *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo, SP, Brasil: Boitempo.
- ZIZEK, S. (2011). *Em defesa das causas perdidas*. São Paulo, SP, Brasil: Boitempo.

¹ O filósofo marxista István Meszáros, em Para Além do Capital, aponta a agilidade com que o capitalismo contemporâneo se *liquefaz*, se reconstrói. Ao contrário do que teóricos e militantes socialistas e comunistas afirmavam, o autor aponta a rapidez com que o capitalismo encontra alternativas para manter-se como um sistema econômico hegemônico. Ainda que a premissa dessa análise esteja no próprio Marx, há uma inovação quanto à crítica a essas transformações e mesmo ao conceito-experiência dessas transformações no mundo contemporâneo. Uma das alternativas é justamente não se colocar apenas como um sistema econômico, e sim como um complexo projeto de sociedade, global, reafirmando-se a cada instante em todos os espaços. A superação desse projeto não será mediada por um colapso, mas por um processo longínquo de transição. Ao mesmo tempo, nos lembra o autor ele esvazia a economia de sentido, de qualquer sentido político. Em nosso olhar a estratégia de Desenvolvimento Territorial Sustentável pode se tornar uma parte desse projeto, desde que se proponha a isso. Ver: MESZÁROS: 2002.

² Nesse particular Ver PERICO: 2009. Aliás, bom notar, que o próprio Estado tem financiado pesquisas e publicações com vistas a legitimar sua estratégia de desenvolvimento. Um sem número de publicações em parceria com Universidades e Centros de Pesquisa tem aderido a esse processo num jogo de moedas, cartas e insígnias marcadas.

³ Estudos recentes sugerem, no limite, da necessidade tratar as políticas públicas com um olhar “*glocal*”. VER: ORTEGA e ALMEIDA: 2007.

⁴ SANTOS: 2002: 45.

⁵ PEDRÃO: 2009. Em particular o debate que o autor traz sobre a historicidade do conceito de fronteiras e territórios. “(...) a noção moderna de fronteira surgiu como uma necessidade dos Estados nacionais, com sua estruturação de poder projetada, simultaneamente, como controle interno de relações de poder de classe e como referencia dos relacionamentos com outros Estados a que se reconhece equivalência.(...)” p.40.

⁶ Admitindo que não entraremos por ora nesse importante debate, que aliás diz respeito a própria conceituação de democracia e poder, de grande importância para o conjunto de nossa análise, a estruturação e perspectiva trazida por Habermas em torno do conceito-experiência de inclusão, nos levará para o estudo de um campo da normatividade dessa inclusão, ou nas palavras do próprio Habermas, de como são geradas as regras – internas? – de aceitação e reconhecimento da existência do outro. Acreditamos que retornaremos a esse debate ao longo do texto, sobretudo porque a validação dessas regras ocorre nos estados modernos das mais diferentes formas. Apenas uma delas é a via da democracia e suas ambiguidades. HABERMAS: 2007.

⁷ HABERMAS: 2003; SANTOS: 2005; SEM: 2000. E, HOBBSAWM: 2007. Todos os autores deixam claro os diversos modelos de democracia e suas especificidades históricas. Mesmo com a crítica aos modelos de democracia, não há nos autores citados o desejo de autocracias.

⁸ BOBBIO: 2009: 34. Em um capítulo bastante elucidativo Bobbio, neste trabalho de 1984, desenvolve as promessas não cumpridas da democracia liberal, apontando inclusive para a dificuldade de origem em conciliar desenvolvimento econômico e liberdades coletivas e individuais.

⁹ GOHN: 2000.

¹⁰ GOHN: 1998 e TEIXEIRA: 2001.

¹¹ STÉDILE: 2005.

¹² PATEMAN: 1992: 62.

¹³ SANTOS: 2005: 78.

¹⁴ A sigla SELIC significa Sistema Especial de Liquidação e Custódia e é um sistema computadorizado gerenciado pelo Banco Central do Brasil e da Associação Nacional das Instituições dos Mercados Abertos desde 1980 quando foi criado. São os operadores das instituições que transferem ao SELIC os negócios relativos a títulos públicos que envolvem bancos que compram e que vendem esses títulos. A **Taxa Referencial SELIC** é uma taxa de juros fixada pelo Comitê de Política Monetária (COPOM) do Banco Central do Brasil que remunera os investidores no negócio de compra e venda de títulos públicos. Ela é obtida mediante cálculo da taxa média ponderada dos juros praticados pelas instituições financeiras. A partir de 1995 a Taxa Referencial Selic passou a ser utilizada para atualizar o recolhimento em atraso de tributos e contribuições federais.

¹⁵ MARX: 2008.

¹⁶ Participação que envolve ainda uma ampla arregimentação dos chamados novos movimentos sociais e suas recentes bandeiras de luta. São movimentos de mulheres, negros, afrodescendentes, indígenas, portadores de necessidades especiais, agricultores familiares, etc. cujo pano de fundo via de regra está não na transformação social e sim na atenção aos seus direitos particulares e do seu grupo, numa tentativa de inclusão a cidadania que está posta. Cidadania alicerçada no consumo, no reconhecimento público e na atenção aos direitos constitucionais. Podemos ainda identificar uma recente mobilização para que o Estado passe a normatizar a cidadania nos espaços privados, com a criação de cotas em empresas, escolas, acessibilidade a escritórios, etc.

¹⁷ Apenas para registro é preciso dizer que as primeiras prefeituras governadas por prefeitos petistas eram encaradas como a tomada do estado pelos trabalhadores. A criação de novas tecnologias de gestão e de participação foi se institucionalizando e, como não havia ao fundo nenhuma proposta concreta de transformação social, foram assimiladas pelas elites econômicas e passaram a responder diretamente a suas demandas.

¹⁸ ZIZEK: 2011: 25

¹⁹ WOOD: 2003.